

DOCUMENTOS Nº 228

Produto interno bruto dos municípios catarinenses – 1999 a 2003 –

Paulo Ceser Zoldan



**EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO
RURAL DE SANTA CATARINA S.A.
FLORIANÓPOLIS
2006**

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. – Epagri
Rodovia Admar Gonzaga, 1.347, Itacorubi, Caixa Postal 502
88034-901 Florianópolis, SC, Brasil
Fone: (48) 3239-5500, fax: (48) 3239-5597
Internet: www.epagri.rct-sc.br
E-mail: epagri@epagri.rct-sc.br

Editado pela Gerência de Marketing e Comunicação – GMC/Epagri

Primeira edição: setembro de 2006
Tiragem: 1.000 exemplares
Impressão: Epagri

É permitida a reprodução parcial deste trabalho desde que citada a fonte.

Referência bibliográfica

ZOLDAN, C.P. *Produto interno bruto dos municípios catarinenses – 1999 a 2003*. Florianópolis: Epagri, 2006. 25p. (Epagri. Documentos, 228).

Economia agrícola; Santa Catarina.

ISSN0100-8986



SUMÁRIO

	Pág.
1 Introdução	5
2 O produto interno bruto (PIB) e a distribuição da riqueza	8
3 Santa Catarina: os maiores e os menores municípios e o crescimento da produção	13
4 A tipologia dos municípios catarinenses	15
5 Santa Catarina: a distribuição da produção agropecuária e os maiores municípios produtores	18
6 Considerações finais	23
7 Literatura consultada	24

Produto interno bruto dos municípios catarinenses – 1999 a 2003 –

Paulo Ceser Zoldan¹

1 Introdução

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, em parceria com os órgãos estaduais de estatística, secretarias estaduais de governo, com apoio da Superintendência da Zona Franca de Manaus – Suframa –, vem desenvolvendo o projeto das Contas Regionais, com a divulgação de resultados sobre a evolução do produto interno bruto (PIB) de cada unidade da federação, possibilitando conhecimento da capacidade competitiva das economias estaduais e a composição setorial e regional do PIB nacional.

Os trabalhos de formação das equipes estaduais foram liderados pelo Departamento de Contas Nacionais do IBGE, que motivou e capacitou técnicos em todo o País para desenvolver a metodologia e dar continuidade às séries anuais. O IBGE permaneceu como coordenador do projeto, oferecendo treinamento, acompanhamento técnico e análise de consistência dos resultados.

Em Santa Catarina, os trabalhos foram desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, em parceria com o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina – Instituto Cepa/SC – (Agricultura), atualmente Centro de Estudos de Safras e Mercados – Cepam – da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. – Epagri.

¹Economista, M.Sc., Epagri/Centro de Estudos de Safras e Mercados – Cepam –, C.P. 502, 88034-901 Florianópolis, SC, fone: (48) 3239-3940, e-mail: zoldan@epagri.rct-sc.br.

Com a consolidação dessas parcerias, formalizadas em 1996, e a crescente demanda por informações com recortes municipais, tornou-se premente para o IBGE proporcionar condições para ampliar este projeto com a construção de estimativas do PIB dos municípios. A finalidade é que seus resultados sejam compatíveis com as metodologias das Contas Regionais e das Contas Nacionais Brasileiras.

Essa iniciativa proporcionou, de forma inédita, a construção de séries do valor adicionado (VA), a preços correntes, da Agropecuária, Indústria e Serviços, bem como o PIB, a preços correntes e *per capita*, para todos os municípios brasileiros relativamente ao período de 1999 a 2003. A série deverá ser mantida permanentemente atualizada. Os resultados, além da apresentação em documento sob a forma de tabelas, também são apresentados em forma de gráficos e mapas, buscando destacar alguns aspectos econômicos de abrangência nacional, estadual, regional e municipal.

No caso deste trabalho, o destaque é dado aos municípios de Santa Catarina, com ênfase ao setor agropecuário. Também foram incluídos alguns dados gerais, seja do País, seja dos demais setores econômicos de Santa Catarina, que permitem comparações ou posicionamentos relativos.

Cabe destacar que a metodologia utilizada na elaboração das estimativas do PIB dos municípios está em consonância com as recomendações internacionais expressas pela Organização das Nações Unidas – ONU –, pelo Banco Mundial, pela Comissão das Comunidades Européias – Eurostat –, do Fundo Monetário Internacional – FMI – e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE –, reunidas no manual “System of National Accounts” de 1993.

O PIB, a preços de mercado, mede o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes, sendo, portanto, a soma do VA (valor bruto da produção menos consumo intermediário), dos diversos setores, acrescida de impostos (líquidos de subsídios), sobre produtos não incluídos no valor da produção.

O PIB consiste na avaliação da produção, em um determinado ano, do conjunto das unidades produtivas localizadas no interior do território nacional. Neste caso, portanto, o critério fundamental que norteia o conceito (âmbito) de produção nacional apóia-se na noção de residência do produtor. Assim, toda unidade (empresa privada ou pública, administração pública ou unidade familiar) produtora de bens ou serviços (mercantis e não-mercantis) residente no território nacional é contemplada no cálculo do PIB.

Já o PIB estadual consiste na definição da metodologia que transfere para a esfera estadual o conceito de residência da unidade produtiva, ou seja, a metodologia precisa explicitar a noção de residência e o conceito de unidade produtiva estadual.

De maneira resumida, o método de cálculo do PIB dos municípios consiste em um processo descendente de repartição, pelos municípios, do VA das 15 atividades econômicas² das Contas Regionais do Brasil, obtido para cada unidade da federação através de indicadores selecionados. Para tal, o VA estadual de cada agregado é repartido pelos municípios, ou seja, uma vez estimado o VA por atividade de cada Estado, procede-se à distribuição para as atividades municipais, segundo indicadores escolhidos para esse fim.

Ao final, as 15 atividades econômicas são agrupadas e obtêm-se as estimativas municipais do VA da Agropecuária, da Indústria e dos Serviços. Agregando-se-lhes o “dummy” financeiro³ e os impostos sobre produtos, chega-se ao PIB, por município, em valores correntes, não contemplando variações de volume e de preço, quer por atividade econômica, quer para o PIB.

O PIB *per capita* é estimado pelo quociente entre o valor do PIB dos municípios e a população residente de cada município, tomando como referência a data de primeiro de julho de cada ano, em consonância com o cálculo do PIB *per capita* estadual e nacional.

O resultado desse trabalho, bem como a sua continuidade no tempo e seu aperfeiçoamento metodológico, representa um importante salto qualitativo no uso das estatísticas nacionais. Permitirá que a sociedade passe a dispor periodicamente de importantes indicadores do desenvolvimento econômico, a monitorar a atividade econômica no tempo e no espaço, sendo guiada por processos metodológicos reconhecidos internacionalmente.

Assim, o País passou a contar com informações referenciadas, baseadas em processos metodológicos reconhecidos e passíveis de comparações, que permitem identificar o perfil econômico dos seus

²Agropecuária, indústria, extrativa mineral, indústria de transformação, construção civil, serviços industriais de utilidade pública, comércio, transportes, serviços de alojamento e alimentação, comunicação, serviço financeiro, administração pública, aluguel e serviços prestados às empresas, educação e saúde, outros serviços e serviços domésticos.

³Dummy financeiro: setor fictício que tem produção nula e consumo intermediário igual aos serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (IBGE, 2005).

Estados e municípios. Além disso, a atualização constante das séries permitirá identificar a dinâmica das economias locais, seu grau de desenvolvimento e indicativos de suas macro-tendências.

Os resultados possibilitarão melhor alocação de recursos e constituem um instrumento fundamental para o planejamento das políticas públicas.

2 O produto interno bruto (PIB) e a distribuição da riqueza

O PIB a preços correntes de Santa Catarina atingiu, em 2003, R\$ 62,2 bilhões, representando 4% do total produzido pelo País. O PIB *per capita* foi estimado em R\$ 10.949 (o nacional foi de R\$ 8.694). A agropecuária estadual participou com 6,4% da produção agropecuária nacional, enquanto a indústria participou com 5,5% do total nacional.

A agropecuária, na série estudada (1999 a 2003), vem aumentando sua participação na economia estadual, atingindo em 2003, 16,9%. A indústria de transformação alcançou 49,1%, e os serviços, 34%.

A repartição do PIB estadual entre os municípios de Santa Catarina permitiu caracterizar e identificar perfis, conhecer suas dinâmicas e tendências e propor ações, seja para corrigir distorções, seja para potencializar aspectos positivos identificados.

Uma característica marcante na análise do PIB municipal de Santa Catarina, como também no do restante do País, é a sua elevada concentração em alguns poucos municípios. De um total de 293 municípios em 2003, apenas três deles (Joinville, Florianópolis e Blumenau) foram responsáveis por aproximadamente 23% da produção estadual. Estes mesmos municípios concentravam, em 2003, cerca de 20% da população estadual. Estes dados estão representados na Figura 1, que mostra a distribuição do PIB e a participação relativa dos municípios e da população. Na faixa entre 25% e 50% do PIB estão apenas 3,8% dos municípios (11) e 22% da população do Estado. Nestes dois primeiros intervalos, portanto, que acumulam quase 50% do PIB, há apenas 14 municípios, ou 4,8% deles e 42% da população catarinense. Os 50% restantes da produção são gerados em 95% dos municípios, que concentram 58% da população estadual.

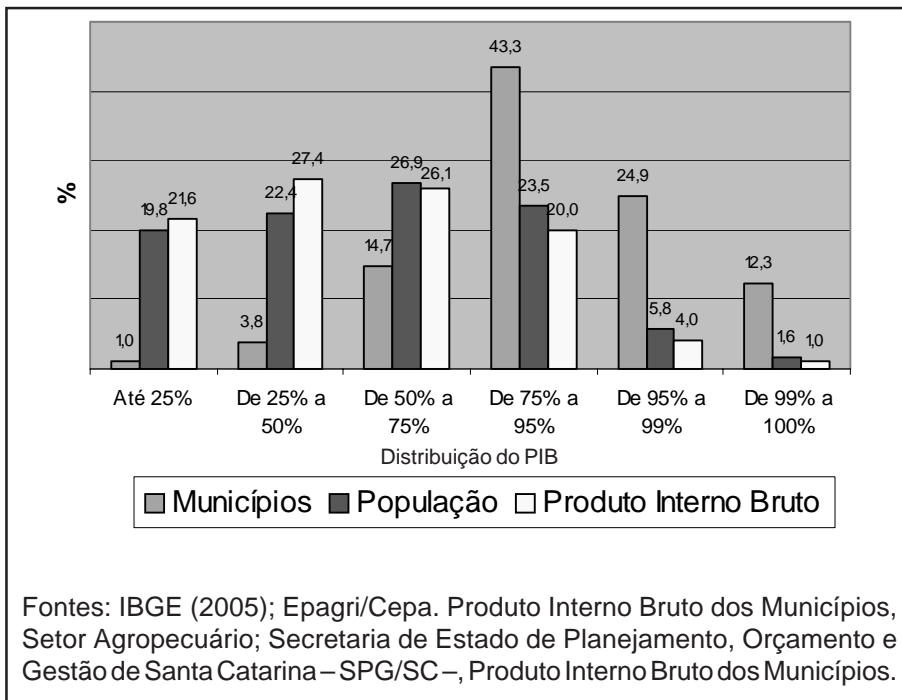


Figura 1. Santa Catarina – percentual de municípios e população, segundo as faixas de distribuição do produto interno bruto (PIB) – 2003

A Figura 2 mostra a distribuição acumulada do PIB dos municípios e permite identificar espacialmente a distribuição dos municípios apontados na Figura 1. Desta forma pode-se observar a geração da produção no espaço territorial catarinense.

Os números evidenciam a concentração do produto gerado no território. Cabe ressaltar, no entanto, que, apesar de concentrar-se em poucos municípios, Santa Catarina, assim como os demais Estados do Sul do País, tem a atividade econômica melhor distribuída, se comparada com as demais regiões e Estados da federação. Observa-se que a população, na mesma comparação, está também melhor distribuída espacialmente.

A construção do indicador apresentado na Tabela 1 considera a relação entre a soma do PIB dos 10% dos municípios com os maiores PIBs e a soma do PIB dos 50% dos municípios com os menores PIBs de cada grande região do País e de Santa Catarina na série 1999 a 2003.

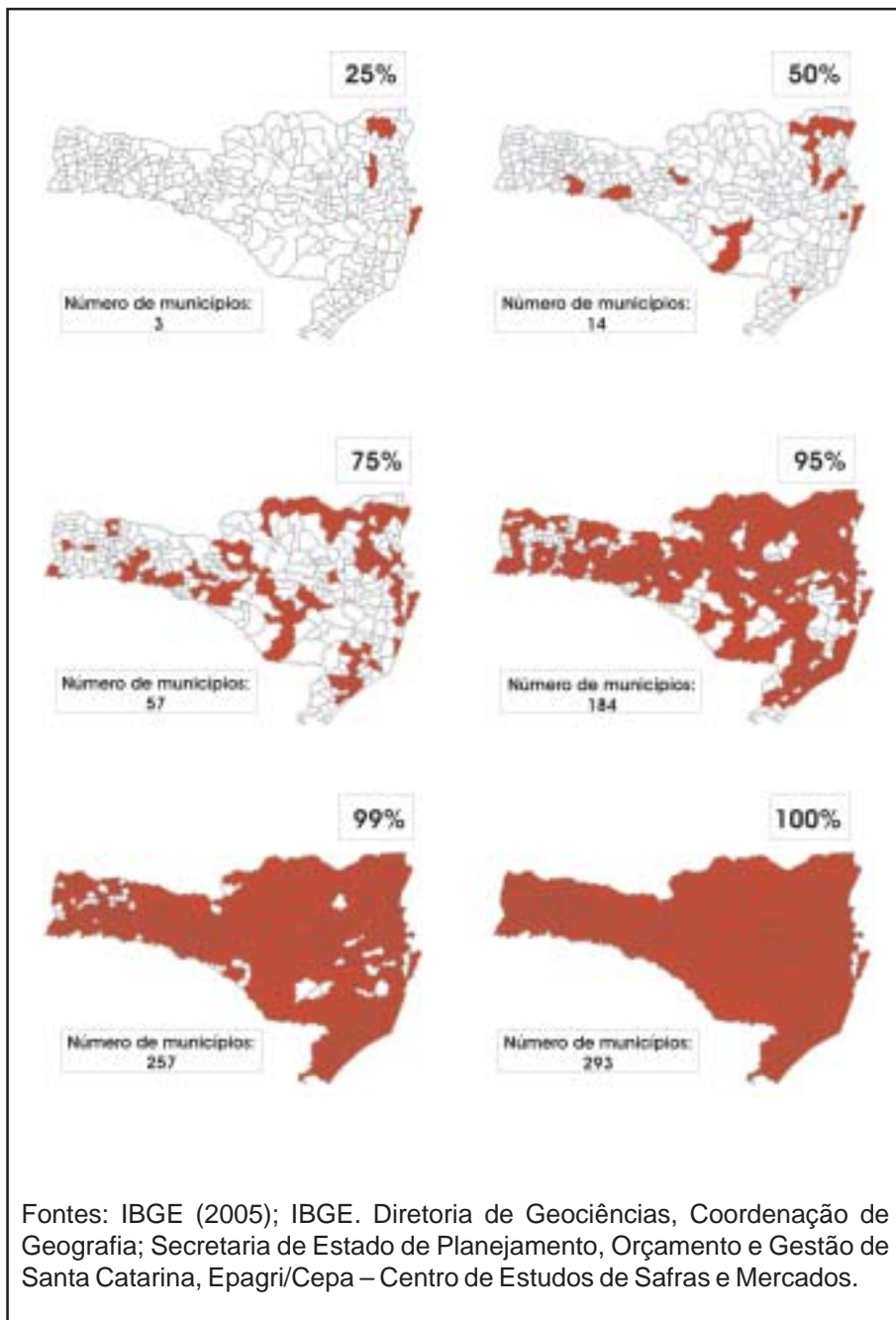


Figura 2. Santa Catarina – participação dos municípios no PIB – 2003

Tabela 1. *Brasil – relação entre os 10% dos municípios de maior PIB e os 50% dos municípios de menor PIB, segundo as grandes regiões brasileiras e Santa Catarina – 1999 a 2003*

Regiões	1999	2000	2001	2002	2003
Norte	14,2	15,6	15,7	14,8	15,2
Nordeste	11,9	11,6	11,9	12,0	12,8
Sudeste	30,0	31,9	31,7	30,7	31,5
Sul	9,7	10,0	9,8	9,2	8,1
Santa Catarina	8,6	7,5	8,5	8,3	7,3
Centro-Oeste	14,3	15,3	16,0	14,2	12,9

Fontes: IBGE (2005); Epagri/Cepa, Produto Interno Bruto dos Municípios, Setor Agropecuário; Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão de Santa Catarina – SPG/SC –, Produto Interno Bruto dos Municípios.

A Região Sudeste do Brasil apresenta estabilidade do indicador ao longo da série e revela que os 10% dos municípios de maior PIB geraram, em 2003, 31,5 vezes mais riqueza que os 50% dos municípios de menor PIB. Em outro extremo, a Região Sul apresenta o menor coeficiente de dispersão entre os 10% dos municípios de maior PIB e os 50% dos municípios de menor PIB, 8,1 vezes em 2003.

Em 2003, Santa Catarina, apresentou um coeficiente ainda menor que o da Região Sul do País como um todo (7,3%), indicando uma melhor distribuição da produção entre os municípios de maior renda e os de menor. No período estudado, há uma ligeira melhoria no indicador, tanto para a Região Sul como para o Estado, apesar da oscilação no intervalo considerado.

Na Tabela 2, tem-se a participação relativa dos municípios no total do Estado de Santa Catarina, segundo a distribuição acumulada do VA da agropecuária, para os anos de 1999 e 2003.

Observa-se que em 1999, apenas 19 dos 293 municípios agregavam 25% do VA da agropecuária de Santa Catarina. Em 2003, este número praticamente se mantém – 20 municípios agregam 25% do valor adicionado (VA). Esta faixa concentrava 12,7% da população estadual. No outro extremo há, em 2003, 25 municípios (8,5%) que produzem 1% do VA da agropecuária.

De forma geral, metade do VA agropecuário em 2003 é produzida por 63 municípios (21,5%) onde vive 25% da população estadual. Os dados são ilustrativos da maior dispersão da produção agropecuária em relação ao conjunto da atividade econômica.

Tabela 2. Santa Catarina – número de municípios e participação relativa dos municípios e da população, segundo faixas de distribuição acumulada do valor adicionado (VA) da agropecuária – 1999 e 2003

Distribuição acumulada do VA da agropecuária (%)	Municípios (nº)	Participação relativa (%)		Municípios acumulados (nº)	Participação relativa (%)	
		Dos municípios	Da população total		Dos municípios	Da população total
1999						
Até 25	19	6,5	12,7	19	6,5	12,7
De 25 a 50	42	14,3	16,4	61	20,8	29,1
De 50 a 75	68	23,2	30,9	129	44,0	60,0
De 75 a 95	104	35,5	21,6	233	79,5	81,6
De 95 a 99	37	12,6	5,6	270	92,2	87,2
De 99 a 100	23	7,8	12,8	293	100,0	100,0
2003						
Até 25	20	6,8	12,7	20	6,8	12,7
De 25 a 50	43	14,7	12,6	63	21,5	25,3
De 50 a 75	65	22,2	28,7	128	43,7	54,0
De 75 a 95	100	34,1	23,4	228	77,8	77,4
De 95 a 99	40	13,7	7,8	268	91,5	85,2
De 99 a 100	25	8,5	14,9	293	100,0	100,0

Fontes: IBGE (2005); Epagri/Cepa, Produto Interno Bruto dos Municípios, Setor Agropecuário; Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão de Santa Catarina – SPG/SC –, Produto Interno Bruto dos Municípios.

3 Santa Catarina: os maiores e os menores municípios e o crescimento da produção

A Tabela 3 apresenta os dez maiores e os dez menores municípios do Estado no que se refere a PIB corrente total e *per capita* nos anos de 1999 e de 2003.

Tabela 3. *Produto interno bruto (PIB), a valores correntes, dos dez maiores e dos dez menores municípios e PIB per capita, segundo municípios – Santa Catarina – 1999 e 2003*

Santa Catarina e municípios	1999		Santa Catarina e municípios	2003	
	PIB total (R\$ 1.000)	PIB <i>per capita</i> (R\$)		PIB total (R\$ 1.000)	PIB <i>per capita</i> (R\$)
SC	35.681.851	6.708	SC	62.213.541	10.949
Dez maiores					
Total	16.263.820	8.119	Total	26.019.638	12.179
Joinville	3.784.569	8.734	Joinville	6.162.861	13.142
Blumenau	2.723.192	10.492	Florianópolis	3.737.886	9.912
Florianópolis	2.425.977	7.170	Blumenau	3.513.908	12.473
Chapecó	1.770.873	12.184	Jaraguá do Sul	2.482.227	20.497
Jaraguá do Sul	1.391.388	12.997	Chapecó	2.372.106	14.715
Criciúma	958.273	5.659	Itajaí	1.866.637	11.766
Itajaí	901.616	6.166	São Francisco do Sul	1.629.870	45.572
São José	897.350	5.221	Criciúma	1.514.845	8.413
Lages	710.338	4.528	São José	1.455.869	7.725
Brusque	700.244	9.306	Lages	1.283.427	7.854
Dez menores					
Total	81.543	3.243	Total	137.830	6.200
Santa Rosa de Lima	9.011	4.501	Barra Bonita	15.611	8.698
Rio Rufino	8.874	3.709	Irati	15.567	7.346

(Continua)

Tabela 3 (continuação)

Santa Catarina e municípios	1999		Santa Catarina e municípios	2003	
	PIB total (R\$ 1.000)	PIB <i>per capita</i> (R\$)		PIB total (R\$ 1.000)	PIB <i>per capita</i> (R\$)
São Pedro de Alcântara	8.872	2.487	Santa Rosa de Lima	15.063	7.344
Irati	8.357	3.614	Rio Rufino	14.775	5.694
Tigrinhos	8.330	4.445	Entre Rios	14.439	5.106
Entre Rios	8.317	2.908	Tigrinhos	14.309	7.492
Sta. Terezinha do Progresso	8.294	2.407	São Miguel da Boa Vista	12.782	7.197
Matos Costa	7.785	2.460	Flor do Sertão	12.527	7.737
Macieira	7.256	3.785	Matos Costa	11.746	3.310
Flor do Sertão	6.447	4.002	Macieira	11.011	6.278

Fontes: IBGE (2005); Epagri/Cepa, Produto Interno Bruto dos Municípios, Setor Agropecuário; Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão de Santa Catarina – SPG/SC –, Produto Interno Bruto dos Municípios.

Observa-se, na relação dos dez maiores, alternância de posições entre eles, destacando-se o município de Joinville como o de maior PIB do Estado nos dois anos considerados. Santa Catarina e a Bahia são os únicos cuja capital não representa a maior economia do estado. Vale salientar que Florianópolis passa do 3º para o 2º lugar no período, embora o PIB *per capita* mantenha-se abaixo da média dos dez maiores.

Outro destaque está na emergência de São Francisco do Sul entre os dez maiores, em razão da expansão industrial naquele município, que duplicou no período. O município de Brusque foi rebaixado no ranking.

Os dez menores municípios apresentam resultados diferentes. Três deles saíram do conjunto e Macieira passou a ser a menor economia do Estado. Deve-se atentar para o fato de que os menores municípios são praticamente agropecuários e pequenas alterações nessas produções (como as relacionadas ao clima) causam mudanças significativas em suas respectivas classificações.

A participação deste último conjunto equivale a cerca de 0,2% do PIB estadual e o PIB *per capita* em 2003 estava ligeiramente acima da metade da média estadual.

O crescimento nominal acumulado dos municípios catarinenses em relação à Região Sul e demais regiões do País, e ao brasileiro, no período 1999-03, está representado na Figura 3.

No período, a economia estadual cresceu 74,4%, taxa superior às estimativas tanto para a Região Sul (67,3%) como para o País (59,8%). As Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste cresceram acima da média nacional, mas têm menor participação relativa na produção total do País.

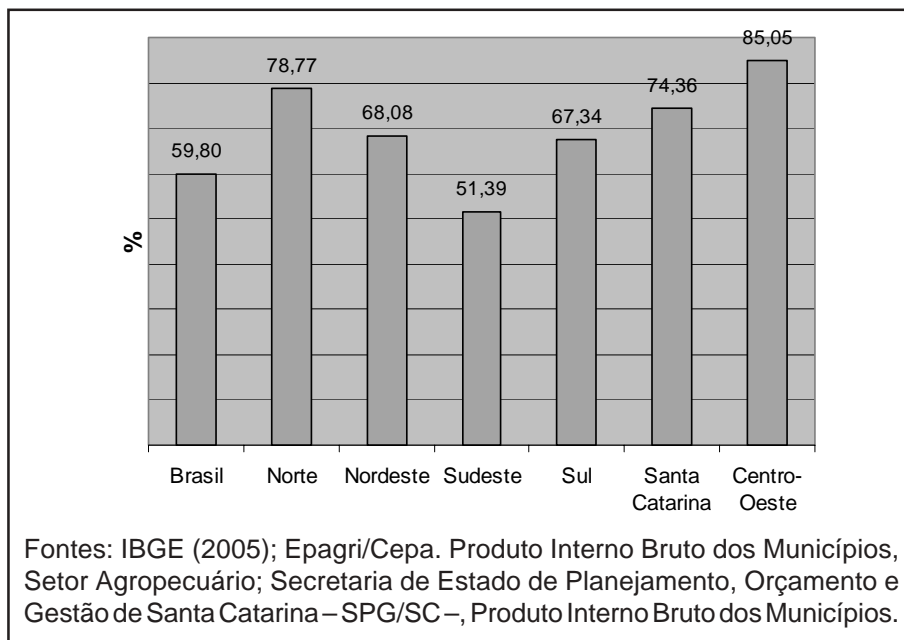


Figura 3. *Brasil – Crescimento nominal acumulado do PIB, segundo grandes regiões, Santa Catarina e total do País – 1999 a 2003*

4 A tipologia dos municípios catarinenses

A tipologia dos municípios catarinenses pode ser observada na Figura 4. Caracterizou-se como município com predominância no valor adicionado (VA) para determinado setor (da agropecuária, indústria ou serviços), quando sua participação relativa no VA fosse igual ou superior a 70% do total.

Definiu-se como município com maioria em algum setor (na agropecuária, indústria ou serviços), quando sua participação relativa no

VA de alguma dessas atividades estivesse entre 40% (inclusive) e 70% (exclusive) do total.

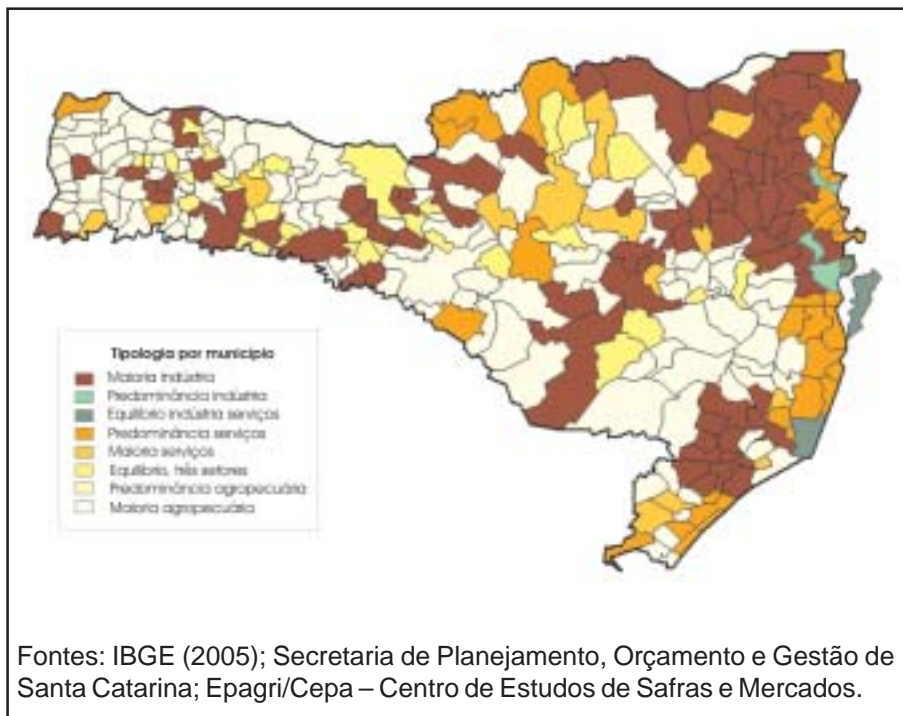


Figura 4. Santa Catarina – tipologia do valor adicionado (VA) – 2002

Em alguns municípios observa-se uma economia mais diversificada, tanto que não há como definir a predominância de um só setor de atividade. Isto se deve a transformações tecnológicas e à reestruturação do setor industrial, paralelamente à modernização do campo. Esta complementaridade provoca uma redução cada vez maior do hiato entre os setores. Assim, são apresentadas duas faixas específicas: uma de equilíbrio dos três setores e outra de equilíbrio entre indústria e serviços. Poucos municípios apresentam equilíbrio entre agropecuária e indústria. Considerou-se que haveria equilíbrio entre agropecuária e serviços quando o município tivesse participação relativa maior ou igual a 40% do VA da agropecuária e do VA dos serviços, de modo que a diferença absoluta entre esses valores fosse menor ou igual a 5%. O equilíbrio entre indústria e serviços foi definido de maneira análoga.

Desta forma, pode-se observar a maior dispersão da agropecuária (na comparação com os demais setores), evidenciando-se sua importância para a grande maioria dos municípios catarinenses. A atividade, no entanto, está mais concentrada naqueles que se estendem do Planalto ao Extremo Oeste.

A atividade industrial concentra-se no Norte, no Vale do Itajaí e no Sul do Estado, com algumas “manchas” espalhadas pelo território. Merecem destaque, ainda, os municípios agroindustriais do Oeste, cuja produção industrial está voltada ao processamento de produtos da suinocultura e da avicultura. Os serviços estão mais presentes na faixa litorânea, com destaque para a Grande Florianópolis e o Litoral Norte.

De forma agregada, observando-se o conjunto da economia e respeitando a classificação acima, tem-se um Estado de maioria industrial, já que esta atividade participa com 49% do VA total, confirmando a importância e diversidade de atividades industriais dispersas pelo território estadual.

Cabe destacar que o setor de serviços poderá, num curto prazo, levar a um equilíbrio entre indústria e serviços, já que esta atividade tem crescido internacionalmente num ritmo maior que a indústria. Na esteira das tendências mundiais, o segmento da agropecuária também deverá perder importância relativa à medida que a economia crescer e se tornar mais complexa.

Ao se analisar os municípios separadamente, a importância da agropecuária se torna mais evidente. Por exemplo, 52% deles são predominantemente agropecuários ou têm esta atividade como preponderante, significando que a participação relativa do VA da atividade nesses municípios é de pelo menos 40%. Ainda há outros 7,5% dos municípios onde a agropecuária está em equilíbrio com os demais setores ou com um deles, pelo menos.

Observando-se unicamente a participação da agropecuária, percebe-se que ela responde por pelo menos metade do VA em 47% dos municípios (139). Em 64% deles, a atividade tem pelo menos 30% de participação.

Certamente, se através de processos metodológicos adequados se estimasse a contribuição dos setores à montante e à jusante da agropecuária, haveria participações ainda mais expressivas, notadamente nos municípios onde estão localizadas plantas industriais de processamento de carnes.

A Tabela 4 apresenta o perfil das dez maiores economias do Estado em 2003. Observa-se que a maioria delas é constituída por municípios industriais; três delas são prestadores de serviços, aí incluída a capital, Florianópolis.

Tabela 4. Santa Catarina – valor adicionado (VA) por setor de atividade econômica dos dez maiores municípios – 2003

(R\$ 1.000)

Município	Agropecuária	Indústria	Serviços	Tipologia
Joinville	37.322	3.939.547	1.936.549	Maioria indústria
Florianópolis	2.001	608.995	1.844.455	Pred. serviços
Blumenau	23.103	1.922.691	1.408.117	Maioria indústria
Jaraguá do Sul	47.181	1.730.508	570.467	Maioria indústria
Chapecó	131.765	1.487.930	727.545	Maioria indústria
Itajaí	55.101	672.531	876.958	Maioria serviços
São Francisco do Sul	5.634	715.485	183.597	Pred. indústria
Criciúma	20.156	848.674	602.151	Maioria indústria
São José	18.718	538.958	752.625	Maioria serviços
Lages	46.004	594.581	448.925	Maioria indústria
Total dos maiores	386.986	13.059.900	9.351.387	Maioria indústria
SC	9.814.380	28.604.898	19.814.924	Maioria indústria
Participação dos maiores/SC	3,94	45,66	47,19	

Fontes: IBGE (2005); Epagri/Cepa, Produto Interno Bruto dos Municípios, Setor Agropecuário; Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão de Santa Catarina – SPG/SC –, Produto Interno Bruto dos Municípios.

Estes dez municípios respondem, juntos, por quase metade da produção industrial e de serviços do Estado e por apenas 4% da agropecuária.

5 Santa Catarina: a distribuição da produção agropecuária e os maiores municípios produtores

A Figura 5 mostra a distribuição do VA da agropecuária no Estado, segundo faixas de valor. Assim, pode-se observar a concentração dos municípios mais agropecuários e também as regiões do Estado com menor concentração desta atividade.

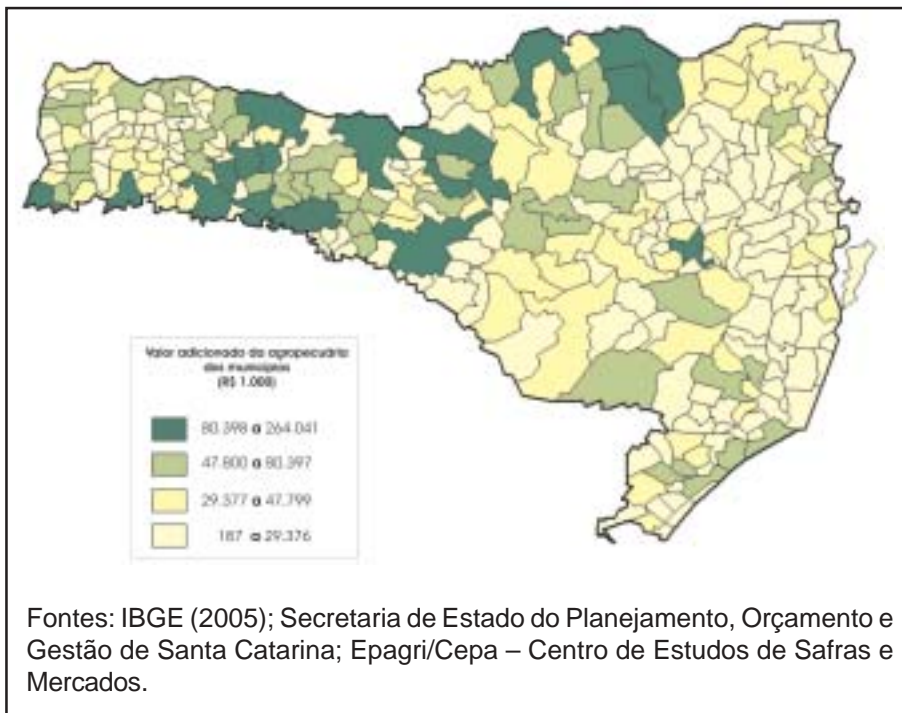


Figura 5. Santa Catarina – valor adicionado (VA) da agropecuária – 2003

Observa-se, mais uma vez, que o Oeste, o Meio-Oeste e o Planalto são as regiões em que a agropecuária é mais expressiva e gera a maior parte do produto agrícola estadual. À medida que se chega ao litoral, a atividade vai perdendo importância, havendo municípios em que a produção agrícola cai significativamente.

A Figura 6 apresenta a VA da agropecuária por estabelecimento. Os resultados foram obtidos através da divisão entre o VA (agropecuário) total do município e o número total de estabelecimentos de cada um deles. O dado sobre o número de estabelecimentos foi obtido no Levantamento Agropecuário de Santa Catarina. Os resultados referem-se, portanto, a médias.

No mapa, pode-se observar as regiões do Estado onde há uma maior densidade produtiva da agropecuária, representada pelas manchas mais escuras. Observa-se, assim, o Meio-Oeste, como a região que concentra os municípios mais dinâmicos e produtivos do Estado, embora apareçam outros no Planalto Serrano e litoral, principalmente.

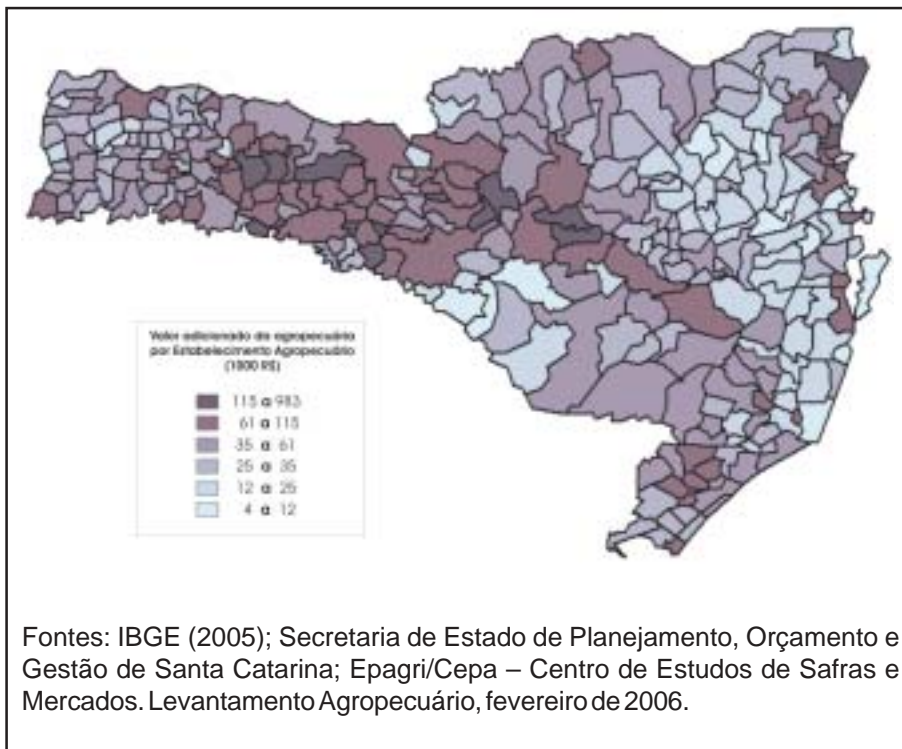


Figura 6. Santa Catarina – valor adicionado (VA) da Agropecuária dos municípios por estabelecimento – 2003

A Tabela 5 apresenta o perfil dos dez maiores municípios agropecuários de Santa Catarina. Embora tenham uma produção agrícola expressiva, na comparação com os demais, são na maioria municípios industriais; apenas dois têm maioria agropecuária e outros dois têm equilíbrio nas três atividades.

Os complexos agroindustriais lotados no Estado estão concentrados nesse conjunto de municípios, os quais concentram 9% da população estadual. O PIB *per capita* médio desses municípios é de R\$ 15.074 (superando em 38% o da média estadual).

Em 2003, a participação do VA da agropecuária sobre o total produzido nesses dez municípios é superior à mesma relação na média do Estado. No entanto, separadamente, o percentual varia de 5,6% (Chapecó) até 60% (Itá), devido aos diferentes níveis de industrialização e da participação dos serviços nesses municípios.

Tabela 5. Santa Catarina – valor adicionado (VA) por setor de atividade econômica, PIB per capita, população, participações da agropecuária no VA dos municípios e na agropecuária do Estado, participação acumulada, taxa de crescimento e tipologia, segundo os dez maiores municípios agropecuários – 2003

Município	VA (R\$ 1.000)			PIB per capita (R\$)	População	Agropecuária (%)				Tipologia
	Agropecuária	Indústria	Serviços			Part. VA	Part. agro. SC	Part. acumulada	Taxa de cresc. 2003/1999	
Concórdia	264.041	692.808	261.879	18.804	65.160	21,7	2,7	2,7	188,94	Maioria indústria
Campos Novos	185.883	79.700	107.888	12.871	28.755	49,8	1,9	4,6	210,64	Maioria agropecuária
Fraiburgo	142.782	104.872	96.560	9.865	35.469	41,5	1,4	6,0	156,08	Equil. três setores
Seara	132.592	326.212	77.112	31.236	17.059	24,7	1,4	7,4	197,80	Maioria indústria
Chapecó	131.765	1.487.930	727.545	14.715	161.203	5,6	1,3	8,7	193,34	Maioria indústria
Mafra	125.077	222.998	169.722	10.255	51.100	24,2	1,3	10,0	251,36	Maioria indústria
Xanxeré	123.727	168.396	153.057	11.517	39.288	27,8	1,3	11,3	298,33	Equil. três setores
Caçador	121.378	435.454	219.108	11.592	68.348	15,6	1,2	12,5	204,70	Maioria indústria
Itá	119.895	54.489	24.550	29.124	6.815	60,3	1,2	13,7	248,40	Maioria agropecuária
Videira	119.272	668.161	200.264	22.116	44.795	12,1	1,2	14,9	193,19	Maioria indústria
Total	1.466.412	4.241.020	2.037.687	15.074	517.992	18,9	14,9		205,04	Maioria indústria
Santa Catarina	9.814.380	28.604.898	19.814.924	10.949	5.682.236	16,8	100,00		213,33	Maioria indústria
Participação dos maiores/SC	14,9%	14,8%	10,3%							

Fontes: IBGE (2005); Epagri/Cepa, Produto Interno Bruto dos Municípios, Setor Agropecuário; Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão de Santa Catarina – SPG/SC –, Produto Interno Bruto dos Municípios.

As dez maiores economias da agropecuária acumulam uma participação de apenas 14,9% do total produzido pelo setor no Estado, bastante inferior à concentração verificada nos dez maiores municípios industriais e de serviços. Estes municípios contribuem com outros 14,8% do VA industrial e com 10,3% dos serviços produzidos no Estado.

Os municípios que mais se destacaram, em termos de crescimento nominal da agropecuária entre 1999 e 2003, foram Xanxerê, Mafra e Itá. Nestes municípios, além do crescimento expressivo da agricultura e da pecuária, também se destaca o crescimento da silvicultura, especialmente em Mafra e Xanxerê.

A Figura 7 apresenta, por município, as principais atividades dos segmentos da agropecuária em 2003. Os municípios foram classificados conforme o maior VA naquele ano. Os segmentos mais freqüentes foram a pecuária (147) e as lavouras (121). Em 24 deles a silvicultura é a maior atividade e em apenas uma a horticultura aparece em primeira colocação.

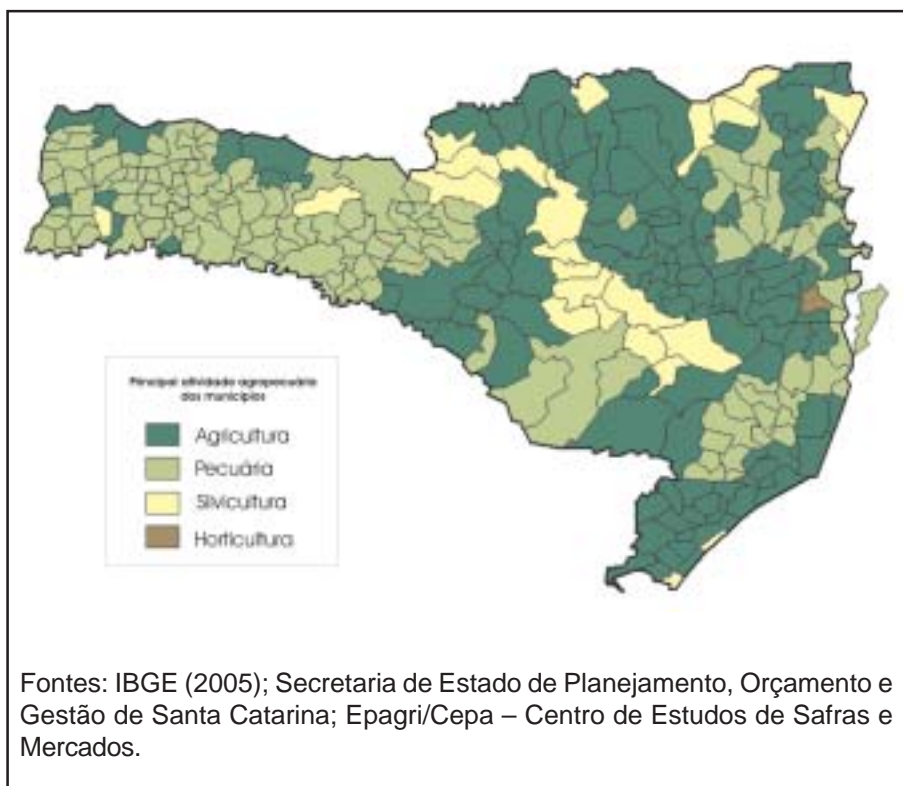


Figura 7. Santa Catarina – principal atividade agropecuária – 2003

As cores do mapa evidenciam a importância da pecuária (suinocultura e avicultura) nos municípios do Oeste e Extremo Oeste, do Planalto Serrano (bovinocultura de corte e leite) e em alguns outros da faixa litorânea, ou próximos a ela. Estes últimos, vale lembrar, são aqueles em que a agropecuária é pouco expressiva, mas têm principalmente na pecuária extensiva sua principal atividade.

A agricultura (lavouras) é maior na faixa que se estende do Planalto Norte, Alto Vale até a região Serrana, estendendo-se até o Sul Catarinense e em alguns municípios do Litoral Norte, onde predominam as lavouras de arroz ou banana. A silvicultura tem maior expressão na faixa do Planalto Norte ao Planalto Serrano. Apenas o município de Antônio Carlos (Grande Florianópolis) tem na horticultura sua maior atividade.

6 Considerações finais

Os dados apresentados permitem um conhecimento mais aprofundado da economia catarinense e de cada um dos seus municípios.

Dada a abrangência das informações e variáveis que originaram as estimativas e os resultados aqui apresentados, optou-se por apresentá-los de forma agregada e resumida, mas que permitisse oferecer um panorama do Estado no contexto nacional e dos municípios no contexto estadual. Alguns aspectos das economias municipais, em especial do setor agropecuário, também foram abordados.

Observa-se que, embora com apenas 1,1% do território nacional e com 3,2% da população (11º colocado entre os Estados), Santa Catarina é a 7ª economia e gera o 5º maior PIB *per capita* do País.

Santa Catarina tem cinco entre os cem maiores municípios brasileiros em relação ao PIB: Joinville (36º); Florianópolis (65º); Blumenau (67º); Jaraguá (91º) e Chapecó (95º). Entre as cem maiores economias agropecuárias, o Estado inclui dois municípios: Concórdia (39º) e Campos Novos (91º).

Os dados ilustram a posição que o Estado ocupa no cenário nacional, dando alguns indicativos do seu nível de desenvolvimento, “vis-à-vis” aos demais Estados da federação. Vale lembrar que, na comparação, é importante considerar seu tamanho e população e, sobretudo, a forte concentração da produção no Sudeste do País (55% do PIB).

A produção catarinense, observa-se, é pequena (4% do total nacional), mas sua distribuição entre os municípios, embora bastante concentrada, tem o melhor coeficiente de dispersão na comparação com

o das demais regiões brasileiras (inclusive com a média da Região Sul). A dispersão da produção, a diversidade produtiva e os indicadores de crescimento mostram um Estado dinâmico e em relativo equilíbrio.

Os desafios do setor produtivo do Estado, tanto na agricultura como nos demais setores, são grandes, muitos e têm sido amplamente discutidos nos meios técnicos, científicos, políticos e freqüentemente abordados pela imprensa.

Os investimentos na modernização e ampliação de portos, ferrovias e sobretudo dos transportes terrestres têm sido considerados fundamentais para a ampliação da produção. Da mesma forma, investimentos na modernização do parque produtivo, em agregação de valor aos produtos locais e na oferta de novos produtos e serviços são também desafios recorrentes. O desenvolvimento do capital humano também aparece como imperativo para que a economia do Estado possa manter-se e crescer diante das dinâmicas competitivas e cada vez mais exigentes dos mercados globais.

A agricultura catarinense, embora dinâmica e competitiva, tem sua base concentrada na oferta de poucos produtos, basicamente “commodities”. Investir em diferenciação, em valorização de produtos e nas dinâmicas territoriais acaba se impondo como a alternativa à evidente concentração da produção, tanto em produtos e produtores, quanto em municípios, como o demonstram os dados deste e de outros estudos.

O monitoramento da dinâmica do processo produtivo através de metodologias referenciadas, bem como o seu corte em nível municipal, permitirá avaliar o desempenho e a evolução dos setores e subsetores econômicos do Estado, no tempo e no espaço. Este instrumento permitirá propor ações, planejar políticas e alocar recursos visando à otimização de resultados em vista de um processo de desenvolvimento mais intenso e equilibrado.

7 Literatura consultada

1. IBGE. *Contas regionais do Brasil 2003*. Rio de Janeiro, 2003. 86p.
2. IBGE. *Coordenação de População e Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro, 2004. Não paginado.
3. IBGE. *Produto Interno Bruto dos Municípios: 1999-2003: Coordenação de Contas Nacionais*. Rio de Janeiro, 2005. 234p.

4. SANTA CATARINA. *Levantamento agropecuário de Santa Catarina: 2002-2003*. Florianópolis, 2005. 255p.

